

“Não há segurança se não houver respeito”

Leia abaixo a íntegra do discurso do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, proferido ontem no Palácio dos Bandeirantes.

“Eu cumprio obrigação — e nisso fui ajudado pelo ministro Jobim — de levar adiante o propósito que não é meu, é nosso, dos brasileiros, sob a égide de uma luta pelos direitos humanos, muitas vezes mal entendida e interpretada, que nós estamos empenhados em fazer (como o que o governador Mário Covas mencionou aqui). É uma obra civilizatória.

Não se trata, senão, de criar condições de respeito àqueles que estão encarcerados, não para que tenham uma vida de tranqüilidade, às expensas do Erário, mas para que a Justiça se cumpra, e se cumpra sem dor de consciência, para que os que merecem ser presos possam ser presos, porque, neste momento, há milhares de pessoas que têm mandado de prisão e não podem ser presas porque não há lugar nas prisões e para evitar, também, que aqueles que já cumpriram a pena, como disse o governador, continuem amontoados nas prisões.

Eu me recordo, em outra época, do presídio Tiradentes, que, por sorte, já não existe aqui, em São Paulo. E, certamente, não estive na Casa de Detenção, mas o que o governador verificou por lá não terá sido diferente daquilo que a experiência dos que, por artes de ofício e, às vezes, por outras razões, passaram pelas prisões, hão de confirmar que as condições são desumanas. E, quando há condições desumanas, não há respeito, o respeito devido à lei e à autoridade.

Cabe ao Governo da República, nesta matéria de segurança, porque direitos humanos, nesse ponto, é lindeiro com o problema da segurança, cabe ao Governo da República, dentro das suas especificidades, das suas determinações constitucionais, colaborar com os governos estaduais. E é o que nós estamos fazendo.

Eu me recordo que, quando era governador de São Paulo o Deputado Franco Montoro, e que, por um breve momento, foi secretário de Segurança o Dr. Miguel Reale, foi a primeira vez que escutei a possibilidade de remover o Carandiru. E, de lá para cá, já são 14 anos. E não foi possível fazê-lo, embora fosse óbvio, era necessário, já naquela época. E haveria até vantagem, porque a região onde está o Carandiru é uma região valorizada, o que vai permitir alavancar, portanto, recursos para outras obras, na mesma direção.

Pois bem, é quanto a isso que nós estamos, agora,

conseguindo dar o passo inicial: assegurar os recursos para que isso possa ser feito, através da construção de oito presídios, nos arredores de São Paulo, numa técnica mais moderna, em que os enormes casarões assustadores já não vão existir mais e onde será possível até mesmo sonhar-se com a recuperação do criminoso — nas condições carcerárias brasileiras, é um sonho, porque muitos dos nossos presos se transformaram em escolas de crime, ao invés de serem locais de recuperação.

Cabe também à República, à União, cuidar de outra matéria sumamente importante, que tem efeitos sob a segurança. Diz respeito ao combate ao narcotráfico e que diz respeito ao combate ao contrabando, porque o crime, nas grandes cidades brasileiras, crescentemente está vinculado ao tráfico e ao contrabando: é o crime organizado. Não é mais o crime de ladrão de galinha. É o crime de muita gente que tem colarinho branco, também. Não são só os que estão nos escritórios e que, não obstante, nem aparecem. E os que são, afinal, prisioneiros são apenas as vítimas de sistemas, muitas vezes até internacionais, do crime organizado.

E, nesse sentido, o governo tem tomado as providências necessárias para que a atuação possa dar-se de uma maneira consequente. Só para dar-lhes um exemplo das dificuldades e até mesmo do despreparo do Brasil para enfrentar essas questões, eu devo dizer que fui obrigado a enviar ao Congresso uma lei, criando as condições para que, legitimamente, alguém pusesse dar ordens para derrubar um avião que viesse carregado de drogas ou de armamentos, porque até agora não havia, sequer, um diploma legal capaz de assegurar o combate, dentro da lei, a esse tipo de crime.

E quantas vezes os nossos aviões da Força Aérea detectam avião intruso e pouco podem fazer, porque, legalmente, ninguém pode assumir a responsabilidade, em tempo de paz, de mandar abater um avião, sendo esse avião criminoso. E os criminosos, sabedores disso, burlam a vigilância existente. Isso já é matéria encaminhada ao Congresso, aprovada pela Câmara, para que nós possamos atuar de forma eficaz.

Lembrar-se-ão os senhores de uma imensa discussão havida, há pouco tempo, sobre o Sivam, que, de repente, como que por encanto, ninguém mais falou no assunto. Parecia ser um grande escândalo. Não havia escândalo nenhum. Escândalo era não aprovar o Sivam. Escândalo é levar tanto tempo para não aprovar um instrumento fundamental para que nós possamos ter o controle do espaço aéreo da Amazô-

nia. Nós não dispomos, até hoje, dos instrumentos para detectar a presença de aviões e de outros elementos de contrabando e de tráfico em vastas porções do território nacional.

Como estamos reorganizando tudo isso a partir de uma não-existência de instrumentos legais — reafirmo: legais — para que possa combater a droga e o crime organizado? Pouco a pouco, vamos reconstruir e vamos dispor desses sistemas. Vamos também aparelhar, como sabe o ministro da Justiça, a Polícia Federal para que ela possa cumprir essas missões.

E também quero deixar claro ao País que, quando necessário, estamos dispostos a apoiar os governadores para que, em situações de risco grave para a ordem pública, a União possa também cooperar, de forma ativa, no controle de situações eventualmente perigosas, pela violência que elas possam engendrar.

E, também, nesse mesmo sentido, mandei ao Congresso uma lei, já aprovada na Câmara, para limitar o abuso do porte de armas que, muitas vezes, resulta em crimes, pelo nervosismo da vida urbana, pelo tráfico, por todo esse stress produzido pelo mundo moderno. Uma discussão banal, de repente, resulta em morte, quando as pessoas estão armadas ou indevidamente armadas. Nós estamos penalizando, criminalizando, portanto, o porte de armas quando ilegal.

Tudo isso faz parte de um mesmo contexto: dar condições de segurança e de respeito ao cidadão, porque não há segurança se não houver respeito. Direitos humanos não se opõem ao respeito nem à segurança. Pelo contrário, é a condição moral para que nós possamos agir com mais força, com mais eficácia, assegurando a paz e a tranqüilidade às famílias, àqueles que moram nas periferias, aos cidadãos, de uma maneira geral, deste país.

Nós temos feito um esforço grande no sentido de juntar o esforço dos Estados ao esforço da União. Neste momento, há, em São Paulo, 200 homens da Polícia Federal operando em perfeita sintonia com o governo do Estado. Pode parecer pouco, mas para quem sabe das dificuldades imensas que existem no Brasil quanto ao policiamento, sobretudo no plano federal, há de convir que é um esforço que nós estamos mobilizando, ao redor de todas as fronteiras brasileiras, forças consideráveis, para que nós possamos, efetivamente, garantir a incolumidade dos nossos cidadãos e o respeito às leis deste país.

Não é só o governo de São Paulo que se empenha, como se empenha o governador Mário Covas, de uma maneira muito ativa, nesta matéria. No Rio de Janeiro, também, é uma verdadeira luta cotidiana

para restabelecer condições mínimas de segurança à população.

E nós sabemos, por outra parte, que é preciso não apenas que as coisas ocorram, mas que as pessoas percebam que elas estão ocorrendo. Toda gente sabe que os índices de violência e de criminalidade, muitas vezes, não são dos mais elevados em regiões onde se faz um grande escarceio sobre a matéria. Mas há uma espécie de despreparo psicológico, uma espécie de temor generalizado. E um país democrático, como é o Brasil — e, realmente é um país democrático —, só poderá, realmente, orgulhar-se desse modo de ser no momento em que o cidadão se sentir confortavelmente seguro. E isso há de ser feito, não pela tortura, não pela violência, mas por uma eficaz política e pelo controle dos instrumentos da ordem, sempre dentro da lei.

É com esse espírito que nós estamos hoje, aqui. E quero dizer, mais uma vez, de público, que eu, como residente desta cidade, como paulista, sinto orgulho de ter um governador que tem enfrentado as condições difíceis nas quais ele assumiu o governo e tem sido capaz de reorganizar o Estado, de tal maneira que, hoje, se sente que o Estado tem rumo, que é uma questão de mais tempo e menos tempo para os problemas, que eu sei, como presidente da República, que são imensos em qualquer parte do País. Esses problemas já estão equacionados e estarão sendo resolvidos, sem demagogia, com seriedade e, sobretudo, com respeito à democracia, à Constituição, às leis e na busca daquilo que honra um país como o nosso, que é o de sermos um país efetivamente civilizado, não no sentido de termos apenas um progresso material, mas no sentido de termos uma disposição de espírito que seja uma disposição de fraternidade, que seja uma disposição de aceitar o ponto de vista do outro, desde que o outro também aceite, porque na democracia impera a lei.

E o império da lei exige que as cadeias existam, mas que elas sejam decentes, que elas sejam dignas, para que elas sejam usadas sem que, como disse no início, haja problemas até de consciência em mandar alguém para a cadeia. E é o que nós estamos fazendo, criando minimamente condições para que exista a compreensão do que é segurança numa democracia.

O governador Mário Covas e seu governo têm dado exemplos muito firmes nessa direção. E eu me congratulo com ele por isso.

Muito obrigado.”